

ENCONTRO NACIONAL DOS SINDICALISTAS DO PT

Companheiro,

O texto que segue é de leitura obrigatória aos dirigentes sindicais do PT bem como aos delegados de base eleitos no Encontro Estadual de Sindicalistas, realizado dia 22 de maio em São Paulo, para participarem do Encontro Nacional de Sindicalistas, marcado para os dias 24 e 25 de julho, provavelmente em São Paulo.

Maior parte do texto contém o documento que consubstancia a posição que São Paulo levará ao Encontro Nacional que discutirá a definição da linha sindical do PT. Por isso é essencial que os participantes do Encontro Nacional (os delegados eleitos e todos os dirigentes - sindicais no exercício de mandatos ou cassados, desde que filiados ao nosso partido) conservem este texto e o levem para o Encontro Nacional.

A Secretaria Sindical Nacional, através do companheiro Olívio Dutra promete para os próximos dias novas informações sobre o Encontro Nacional, em princípio marcado para os dias 24 e 25 de julho, em São Paulo.

COMISSÃO SINDICAL DO PT DE S.PAULO.

Convocado pela Comissão Sindical do Diretório Regional do partido em São Paulo, por recomendação da Comissão Sindical do Diretório Nacional, o Encontro dos Sindicais do PT de São Paulo foi realizado no dia 22 de maio último, entre 8 e 20 horas, na Assembléia Legislativa de São Paulo com duas finalidades: 1) definir a linha sindical do partido; 2) eleger os delegados ao Encontro Nacional de Sindicais, previsto para os dias 24 e 25 de julho em São Paulo, possivelmente. O encontro foi presidido pelo companheiro David de Moraes, coordenador da comissão sindical paulista, e secretariado pela companheira Janete da Rocha Pietã (Jane), da mesma comissão. O encontro foi precedido de diversas reuniões por categorias que elegeram delegados na base de um (1) para dez (10) presentes. Compareceram 127 delegados, dos quais 72 com mandatos em diretorias de sindicatos ou de associações profissionais que não possuem sindicato e 55 eleitos - pelas respectivas categorias. Nessas condições, o Encontro de São Paulo pôde eleger 13 delegados (um para dez presentes, conforme circular da Comissão Sindical Nacional, assinada pelo companheiro Olívio Dutra, responsável por essa comissão).

Os 13 delegados indicados para o Encontro Nacional são: Manoel Maria de Souza Neto, Anete Tesjimoto, Ana Teresa Costa Galvanese, Júlio Tura Filho, José Tadeu Marchese, Sumara de Oliveira, Adalberto Nalchiving, Francisco Carlos de Souza, Dalva Maria de Almeida Marchese, Rui Goethe da Costa Falcão, Carlos Souza Oliveira, José Maria de Almeida e Daniel Neri. Além desses delegados, como foi decidido pela Comissão Sindical Nacional, participarão do Encontro Nacional como integrantes da delegação todos os dirigentes sindicais com mandatos ou cassados, que sejam filiados ao PT, bem como os integrantes da Comissão Sindical do PT.

A maior parte do encontro foi dedicada à definição da política sindical do partido. Para facilitar e tornar mais profundas as discussões, os participantes foram divididos em oito grupos. Entre 10 hs e meio dia, esses grupos discutiram dois temas: a) avaliação do movimento sindical brasileiro com destaques para questões como as da Conclat e da CUT - Central Única dos Trabalhadores; b) princípios e práticas de um sindicalismo livre e democrático, com ênfase para questões como as da liberdade e autonomia sindical, unidade sindical, etc. Entre 14 e 16 hs, os grupos discutiram os outros dois temas: a) o PT e o movimento sindical (ou seja a questão da relação partido/sindicato); b) a plataforma de lutas.

Após as reuniões de grupos, foram elaborados dois relatórios (um sobre as atividades da manhã e outro sobre as discussões da tarde), que foram discutidos e aprovados na plenária realizada entre 17 e 20 horas. Os relatórios, cujos resumos estão anexados nesta ata num documento único, foram aprovados por unanimidade pela plenária, com exceção de uma questão (a relativa à questão da CUT) que foi debatida com mais calor. Em essência, a divergência entre dois grandes grupos do plenário era sobre a melhor oportunidade de criação da CUT, de cuja natureza ninguém divergiu. Uma tese entendia que não há condições para se criar uma CUT na próxima Conclat, marcada para agosto. Por sua vez a tese ganhadora por maioria diz textualmente: "Que os militantes sindicais do PT se empenhem na construção da CUT pela base, lutando pela realização de assembléias democráticas, de Enclats, que elejam inter-sindicais unitárias e na perspectiva de que o congresso de agosto delibere democrática e soberanamente os passos necessários à fundação de uma CUT que responda às necessidades de unificação e centralização da classe trabalhadora brasileira".

Ao final dos trabalhos foram aprovadas as seguintes moções: 1) contra a expulsão do companheiro Javier, presidente da UNE; 2) de repúdio aos quatro juizes classistas - (supostamente representantes dos trabalhadores) do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que votaram pela ilegalidade da greve dos metalúrgicos de São José dos Campos e Ribeirão Preto; 3) pela liberdade de organização dos trabalhadores em todo o mundo e, em particular, em dois países em que essa liberdade foi violentamente atingida: Polônia e El Salvador; 4) de solidariedade com a luta do povo argentino para afirmar sua soberania sobre as ilhas Malvinas, contra os ataques do imperialismo inglês com a cobertura do governo norte americano e, ao mesmo tempo, de apoio à luta do povo argentino contra a atual ditadura militar.

A POLÍTICA SINDICAL DO PT

Todas as discussões sobre a definição da política sindical do PT foram feitas com base no texto "Subsídios para a definição da política sindical do PT", elaborado pela comissão sindical do Diretório Regional de São Paulo. Em geral, o texto da comissão sindical foi considerado satisfatório no seu conjunto mas foram feitos diversos acréscimos visando a aprofundá-lo, aperfeiçoá-lo e atualizá-lo. O documento que se segue é, pois a unificação dos relatórios aprovados pelo Encontro de São Paulo, em cima dos subsídios originariamente apresentados pela comissão sindical, e representa, pois, a posição dos sindicalistas do PT de São Paulo, para o Encontro Nacional.

Antes, porém, de entrar no documento propriamente dito, é importante que se relacionem algumas propostas e sugestões, incluídas nos relatórios aprovados durante o Encontro dos Sindicalistas de São Paulo e que por sua própria natureza, não podem ser incluídas no documento. São eles: 1) que o PT se empenhe na realização de Enclats, precedidos por assembléias de trabalhadores de todas as categorias, de forma a fazer reverter as condições atuais que apontam no sentido da não realização de Enclats e do Conclat; 2) que nos Enclats, os petistas lutem pela mudança dos critérios de escolha dos delegados ao Conclat, que hoje favorecem a burocracia sindical, as federações e confederações, em detrimento da representatividade das bases; 3) que nos Enclats - se lute pela eleição de organismos de direção intermediários, representativos e combativos que venham a substituir, no processo de encaminhamento do Conclat, as atuais direções provisórias regionais e entidades do tipo CSU - Comissão Sindical Única; 4) que a comissão sindical do partido cadastre e divulgue entre os sindicalistas filiais do partido as experiências sindicais; 5) que se promovam reuniões periódicas - mais frequentes de categorias e intercategorias antes de eventos importantes; 6) que nos próximos encontros de sindicalistas do partido, ao contrário do que aconteceu - neste, os critérios para participação de delegados não excluam os não sindicalizados pois esta posição recairia, no mínimo, uma contradição com a posição do partido contrária à atual estrutura sindical.

Este é, portanto, o documento que consubstancia a posição dos sindicalistas do PT de São Paulo para o Encontro Nacional que definirá a linha sindical do partido

PRELIMINARES - Nascido no bojo das lutas dos trabalhadores brasileiros que sentiram a necessidade de organizar-se politicamente para intervir na vida social e política do país, com o objetivo de transformá-la, o PT tem sido frequentemente criticado sob a alegação de que não tem uma política sindical definida. Na verdade, embora jamais se tenha omitido nas lutas dos trabalhadores, não se pode negar que, na área sindical, o partido tem atuado de uma forma meio desarticulada exatamente por que, até agora, não tinha conseguido sistematizar sua política sindical. Não é que o partido não tenha uma política sindical. Se não a tivesse, certamente não teria dado os passos gigantes que deu. Mas, embora, de alguma forma, tenha uma política sindical, é necessário que essa política seja sistematizada, seja melhor definida através de debates profundos que envolvam, principalmente, os sindicatos do partido. Esse debate deverá mostrar que, na maioria dos pontos, há identidade de pensamento. Mas, certamente, trará à tona saudáveis divergências em alguns, até mesmo essenciais, e que somente um debate amplo, democrático e profundo através do tempo irá conseguir aclarar. Sem nunca esquecer-se de que o nosso partido surgiu de baixo para cima, é preciso agora que seus dirigentes procurem organizar, procurem organizar, procurem articular melhor a política sindical do PT para que o partido se torne ainda mais forte no movimento sindical, aproveitando todo o potencial ali existente em favor das posições justas que o PT vem assumindo nas lutas dos trabalhadores das cidades e dos campos.

AS GRANDES VERTENTES - Antes de entrar diretamente na questão da política sindical do partido, é necessário que se dê uma rápida pincelada no estágio atual do movimento sindical brasileiro. A primeira Conclat - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras realizada em 1981 em Praia Grande, SP, quando os sindicalistas ligados ao PT conseguiram, no mínimo, apoio de 50% dos participantes, serviu também para identificar, de maneira mais clara, a existência no movimento sindical brasileiro hoje, de suas grandes vertentes, de suas grandes linhas principais.

Uma delas, que até a realização da Conclat, era tida como hegemônica no movimento sindical do país, tem atitudes claramente reformistas. Concilia com o patronato e o governo. Prega um pacto social que não passa de uma fórmula de incluir o trabalhador na administração de uma crise criada pelo governo com o auxílio do patronato. Preocupa-se, fundamentalmente, com a política aparelhista em que se procura conquistar os sindicatos a qualquer preço, mesmo através de alianças espúrias. Procura imobilizar os avanços da classe trabalhadora. Usa a estrutura sindical que aí está para desmobilizar os trabalhadores, para impor uma política cupulista que se choca frontalmente com a democracia sindical que as bases exigem. A outra grande linha, grande vertente, que se corporifica no pólo combativo no qual o nosso partido tem participação decisiva, tem um comportamento diferente. Preocupa-se mais com a implantação de um sindicalismo mais combativo incentivando a organização nos locais de trabalho, um sindicalismo mais consequente, mais voltado para os anseios e reivindicações das bases.

Procura resgatar as experiências mais positivas do movimento operário e sempre se define, de forma intransigente, na defesa da independência e da democracia sindical. Tem, enfim, um comportamento mais combativo, mais consequente, sem nunca perder a perspectiva de que são conflitantes, na imensa maioria dos casos, os interesses das classes sociais no sistema capitalista. É diante da existência dessas duas grandes linhas que se faz ainda mais necessária uma política sindical sistematizada que evite, por exemplo, nas eleições de sindicatos, a existência de duas ou mais chapas com a participação de petistas. Como bem acentuou nosso companheiro presidente nacional, no encontro de Taboão da Serra-SP, em janeiro de 1981, é necessário que o PT tenha uma linha sindical e não fique por aí se apresentando com chapas diferentes nas eleições sindicais. A sistematização dessa política também é urgente porque a central dos trabalhadores começa a esboçar-se e é fundamental que ela não seja um "aparelhão" nas mãos de reformistas mas sim uma entidade centralizadora das lutas, que reflita, na teoria e na ação, os anseios e as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais.

Enfim, a definição da política sindical do PT é urgente porque, como um partido que luta pelo socialismo, nosso partido deve atuar no plano da luta sindical com o objetivo de deixar clara a divisão da sociedade em classes e a contradição entre o capital e o trabalho. Nossas propostas gerais para o movimento sindical devem ser colocadas no sentido de checar o capitalismo e, simultaneamente, de construir o socialismo. Este documento está dividido em três partes principais: a) princípios; b) plataforma; c) participação no movimento sindical.

a) PRINCÍPIOS

1 - liberdade e autonomia sindicais - O PT defende a liberdade e autonomia sindicais por entender que, como entidade de massa, os sindicatos devem ser independentes do Estado, dos partidos, do patronato, das religiões. Coerente com esse princípio, o partido luta pelo total desatrelamento das entidades sindicais do jogo do Ministério do Trabalho e particularmente pela revogação de todo o capítulo quinto da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, pela extinção gradativa da contribuição sindical e pelo reconhecimento de todas as associações profissionais e pré-sindicais. A classe operária é homogênea no plano econômico mas não nos planos político e religioso. Por isso, o PT respeita as diferentes opiniões políticas e religiosas que existem no interior das entidades sindicais e entende que essas divergências de concepções são passíveis de superação, desde que efetivamente garantam os princípios de democracia sindical e autonomia das decisões dos sindicatos. Da mesma forma, o PT entende como absolutamente incorreta a concepção dos sindicatos como correias de transmissão de partidos por considerar que essa concepção contraria os interesses de unidade da classe trabalhadora. Esse entendimento não impede, logicamente, que o partido tenha o direito e o dever de influir nos sindicatos para fazer valer as posições que considera corretas no encaminhamento das lutas. O que o PT condena é a política de uso dos sindicatos como meros apêndices de partidos. Como a própria história do movimento sindical em todo o mundo ensina um partido não se torna efetivamente mais forte pelo simples fato de ter um sindicato sob seu controle.

O que tornará o partido forte no sindicato será a capacidade que tiver de levar os integrantes da categoria a adotarem, conscientemente, as posições que realmente interessam à classe trabalhadora. A força de um partido como o nosso está, isto sim, na capacidade que ele tiver de levar a sociedade como um todo, o povo como um todo a adotar a linha política mais justa.

2 - Democracia Sindical - Como diz o próprio programa de nosso partido, o PT numa conjuntura em que a democracia surgia como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Esta posição pressupõe a defesa intransigente de todas as liberdades democráticas pois sem estas não pode efetivar-se também uma real democracia sindical que tenha como essência a necessidade dos trabalhadores nos sindicatos e nos locais de trabalho. Para isso, o partido considera fundamentais a formação dos comitês de fábricas e empresas e a eleição dos delegados sindicais bem como o respeito e a convivência fraternal com as oposições sindicais que muitas vezes têm desempenhado um papel relevante no encaminhamento das lutas sindicais suprindo as falhas e o imobilismo de diretorias. A democracia sindical efetivamente exercida é que deve levar à busca de uma unidade real, na prática do dia-a-dia de cada sindicato ou entidade. É esta unidade que é a essência do próprio movimento sindical que o PT defende: a unidade ampla e profundamente debatida e tirada das lutas diárias dos trabalhadores. O PT repele a pretensão de unidade, mal-e-mal tirada dos conchavos e que, ao primeiro embate com o governo e o patronato, já parte para esquemas de conciliação ou pactos sociais que absolutamente não interessam aos trabalhadores. A unidade que o PT defende está condicionada à obediência a princípios de defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, em franca oposição aos interesses das classes dominantes. É nessa linha que o nosso partido defende a formação de uma CUT-Central Única dos Trabalhadores realmente combativa, democrática, construída a partir das bases, autônoma em relação aos partidos, grupos políticos e religiosos, livre e independente do Estado e do patronato. O PT entende que as divergências políticas não devem levar à formação de mais de uma central pois acha que, como um sindicato, uma central também pode perfeitamente conter posições políticas divergentes pois esta é uma característica própria das entidades sindicais. A unidade que o PT defende, portanto, está simplesmente condicionada às garantias organizativas da democracia sindical, às garantias de liberdade de expressão, sempre com a condição de que todos se submetam à disciplina sindical. A ruptura histórica que tem levado em alguns países europeus principalmente, à formação de centrais diferentes deve ser vista não como um exemplo a seguir mas como um enfraquecimento do movimento sindical que é preciso evitar.

3 - Um Sindicalismo Combativo - Coerente com suas próprias origens, o PT se propõe a continuar lutando por um sindicalismo em que a combatividade seja característica dominante. Não uma combatividade estéril, da luta pela luta, mas uma combatividade que parte dos próprios anseios e reivindicações dos trabalhadores. Uma combatividade que se opõe ao imobilismo, à conciliação, ao indiscutível peleguismo que tem caracterizado, ao longo do tempo, a maior parte do movimento sindical brasileiro. O PT denuncia como absolutamente contrária aos interesses da classe trabalhadora a política daqueles que, a pretexto de uma unidade feita a qualquer preço, aliam-se a dirigentes sindicais há anos encastelados em sindicatos ou outras entidades sindicais, em conluio franco com autoridades governamentais. O PT entende que são através de um sindicato combativo, sempre sensível e atento às reivindicações e aspirações das bases, será possível erradicar do seio do movimento sindical o peleguismo imobilizador e refreador das lutas dos trabalhadores. O sindicalismo que o PT defende está em consonância com os princípios antes enunciados - liberdade e autonomia sindicais, e democracia sindical - e se caracteriza, pois, como uma atitude de luta pelo avanço do movimento sindical, dentro do espírito do pólo combativo.

b) PLATAFORMA DE LUTAS - O PT entende que, apesar de todos os problemas enfrentados, foi durante a primeira Conclat que os trabalhadores brasileiros conseguiram colocar, a nível nacional, sua plataforma de lutas. Por isso e também porque a participação de nosso partido foi decisiva para a elaboração dessa plataforma, o PT defende como prioridades nas lutas dos trabalhadores brasileiros os temas ali levantados: luta contra o desemprego; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho, sem redução de salário; salário mínimo nacional, real e unificado; luta con

tra o pacote da previdência; reforma agrária radical; fim das intervenções nos sindicatos de trabalhadores; absolvição dos dirigentes sindicais cassados pela Lei de Segurança Nacional; escala móvel de salários; elaboração do código nacional do Trabalho; criação de comissões de empresas; adoção do contrato coletivo de trabalho e direito de greve para todos os trabalhadores e assalariados, inclusive para os funcionários públicos e para as categorias consideradas "essenciais" pelo governo. A propósito do último item, o PT defende a necessidade de ampla mobilização da classe trabalhadora para que, através de uma greve geral, sejam conquistados direitos fundamentais como, particularmente na atual conjuntura, direito efetivo ao trabalho. O partido entende que a plataforma aprovada na primeira Conclat, que colocou a necessidade de mobilização da classe trabalhadora é a que mais consulta aos interesses dos trabalhadores e, como tem feito até aqui, compromete-se a torná-la efetiva nos campos de sua atuação partidária, inclusive no parlamento.

c) PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL - Para se discutir esta questão da relação sindicato/partido, partido/sindicato, e preciso ter em conta o princípio da liberdade e autonomia sindicais, ou seja de que o sindicato deve ser independente do Estado, dos partidos, das religiões, do patronato. Não pode, pois, como se disse, ser usado como uma correia de transmissão de nenhum partido. Mas, sem perder a perspectiva de que são os sindicatos, os trabalhadores dentro do sindicato que definem suas reivindicações e tomam suas decisões finais, é perfeitamente legítimo que o PT influua no movimento sindical. Dessa forma, o partido considera perfeitamente correto que numa assembleia sindical, por exemplo, um companheiro petista apresente proposta que sejam do partido. Na prática, ele fará a proposta como associado do sindicato e não como filiado ao partido. Se a proposta for justa e capaz de empolgar uma entidade de massa como o sindicato, ela acabará sendo fatalmente encampada pela categoria. De qualquer forma, a decisão final é sempre da assembleia e terá de ser sempre acatada. O PT defende o acatamento às decisões da assembleia porque, como já disse antes, considera fundamental para o avanço do sindicalismo brasileiro o princípio da democracia sindical. O partido defende também a realização de eleições democráticas e livres nos sindicatos, com chapas preferencialmente eleitas em convenções amplas e democraticamente convocadas. Por ocasião das eleições sindicais, a direção partidária deve convocar os companheiros petistas para unificar a luta eleitoral em torno de princípios emanados do próprio programa do partido e para evitar a formação de mais de uma chapa com participação de filiados ao PT. O partido entende que como mais um passo para a derrubada da estrutura sindical que aí está é preciso que na prática do dia-a-dia, as diretorias sindicais apliquem a política do desatrelamento. Uma das medidas práticas que alguns sindicatos já estão colocando em prática é a de dar funções na direção do sindicato a todos os eleitos, efetivos ou suplentes, da diretoria executiva, conselho fiscal e delegados representantes que devem desempenhar funções reais de acordo com os interesses da categoria e não segundo as normas restritivas da C.L.T. O partido considera fundamental para o avanço do sindicalismo brasileiro a participação efetiva e intensa dos companheiros petistas nos sindicatos urbanos e rurais, associações profissionais e populares, todos essenciais à organização da classe trabalhadora, que mais do que nunca, deve manter sua solidariedade. O partido destaca, particularmente, a importância que nos últimos tempos vem assumindo o sindicalismo nos campos, onde os companheiros a cada dia que passa, aumentam e aperfeiçoam sua organização para prosseguirem na luta pela terra, por uma reforma agrária sindical, que garanta condições dignas de trabalho e de vida. O PT considera fundamental para o avanço do movimento sindical no país a solidariedade efetiva dos trabalhadores urbanos aos companheiros rurais, que na primeira Conclat já demonstraram seu alto nível de organização. O partido entende também que os sindicalistas e ele filiado devem participar, de forma cada vez mais organizada, das articulações do chamado pólo combativo, hoje expresso na ANAMPOS, bem como de todos os movimentos inter-sindicais a nível nacional, estadual, regional, municipal. Para aperfeiçoar sua participação no movimento sindical, o PT considera importante a formação dos núcleos por categoria, instrumento extremamente importante para o crescimento do próprio partido. A participação do PT no movimento sindical aliás, é absolutamente legítima até porque, em última instância, o que acaba havendo é uma verdadeira complementação entre o movimento sindical e a vida partidária.

Essa complementação é que ajuda o trabalhador a formar melhor sua consciência política, projetando a luta reivindicatória e transformando-a numa luta pela eliminação do sistema de exploração do homem pelo homem. Sô num quadro de amplas liberdades democráticas é que tanto o partido como os sindicatos poderão expandir-se adequadamente, o que pressupõe que ambos, cada um a seu jeito, devem lutar pela transformação de nosso país numa verdadeira democracia numa sociedade sem exploradores e sem explorados.

São Paulo, maio de 1982

ENCONTRO ESTADUAL DE SINDICALISTAS DO PT.